

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em Reais				
ATIVO	Nota	2018	2017	
Circulante				
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.1.1	11.520.225,49	5.016.492,13	
Recursos a receber	3.1.2	3.638.606,86	1.315.606,00	
Outros Créditos		110.160,54	-	
Despesas Antecipadas		-	383,01	
Total do Ativo Circulante		15.268.992,89	6.332.481,14	
Ativo Não Circulante				
Realizável a longo prazo				
Aplicações Financeiras	3.2.1	10.477.980,44	10.000.431,20	
Título de Capitalização	3.2.2	70.000,00	-	
Contrato de Locação a realizar	3.2.3	504.000,00	-	
		11.051.980,44	10.000.431,20	
Imobilizado				
Bens em Operação	3.2.4	395.226,75	119.463,70	
(-) Depreciações	3.2.4	(86.938,12)	(72.280,20)	
Imobilizado Líquido		308.288,63	47.183,50	
Total do Ativo não Circulante		11.360.269,07	10.047.614,70	
Total do Ativo		26.629.261,96	16.380.095,84	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - Em Reais				
PASSIVO	Nota	2018	2017	
Circulante				
Salários e Encargos Sociais	4.1	422.845,42	210.635,11	
Obrigações Tributárias/Contribuições	4.1	25.419,88	1.822,32	
Fornecedores de Bens/Serviços	4.1	87.107,19	71.087,64	
		535.372,49	283.545,07	
Projetos/Programa em Execução				
Recurso de Projeto em execução	4.1.1	5.680.504,48	3.532.398,49	
Recurso de Programa em execução	4.1.2	6.574.667,88	1.285.465,47	
Total do Passivo Circulante		12.790.544,85	5.101.409,03	
Passivo não Circulante				
Obrigações a longo prazo				
Contrato de locação a Pagar	4.2.1	504.000,00	-	
		504.000,00	-	
Patrimônio Líquido				
Patrimônio social	5.1	10.000,00	10.000,00	
Fundo Patrimonial - Doação	5.2	6.076.500,00	6.076.500,00	
Supervant Acumulado	5.3	5.192.186,81	5.065.594,70	
Total do Patrimônio Social		11.278.686,81	11.152.094,70	
Supervant do Período	6.3	2.056.030,30	126.592,11	
Total do Patrimônio Líquido		13.334.717,11	11.278.686,81	
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		26.629.261,96	16.380.095,84	

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO SOCIAL EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - EM REAIS				
	Patrimônio Social	Doação FORD	Supervant Acumulado	Total Patrimônio Líquido
Em 31 de dezembro de 2016	10.000,00	6.076.500,00	5.065.594,70	11.152.094,70
Superavit do período	-	-	126.592,11	126.592,11
Em 31 de dezembro de 2017	-	-	5.192.186,81	11.278.686,81
Incorporação Resultado	-	-	-	-
Superavit do período	-	-	2.056.030,30	2.056.030,30
Em 31 de dezembro de 2018	10.000,00	6.076.500,00	7.248.217,11	13.334.717,11

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Operacional: A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos foi constituída em 23 de dezembro de 2005, através de Escritura de Instituição lavrada às páginas 215/220 do Livro 2.954 do 26º Tabelião de Notas de São Paulo e registrada, no 5º Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica sob o nº 32.486 em 19 de janeiro de 2006. A Entidade é uma fundação de direito privado e de natureza assistencial e cultural, sem fins lucrativos, de acordo com o Artigo 2º da Lei 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto 8.242, de 23 de maio de 2014, a Entidade obedece ao *Princípio da Universalidade do Atendimento* tendo como objetivo o de assistência e promoção dos direitos humanos, buscando em especial a defesa dos direitos de grupos particularmente vulneráveis e discriminados, como crianças e adolescentes, idosos, pessoas portadoras de deficiências, mulheres, afrodescendentes, populações indígenas, trabalhadores e migrantes. Conforme a Resolução 27 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, de 19/09/2011, as atividades do Fundo Brasil de Direitos Humanos, caracterizam como assessoramento e defesa e garantia dos direitos, no âmbito de Assistência Social. De acordo com o Art. 14 do Código Tributário Nacional, a Fundação: I - Não remunera a Diretoria e nem distribui qualquer parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a qualquer título; II - Aplica integralmente, no País, os seus recursos na manutenção de seus objetivos institucionais; III - Mantém a escrituração de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades exigidas pela lei, capazes de assegurar sua exatidão. **1.1. Das Atividades:** Dentre outras iniciativas, a Fundação poderá adotar as seguintes ações: • Aportar recursos para projetos na defesa e proteção dos direitos humanos, especialmente aqueles caracterizados por aspectos inovadores e aqueles desenvolvidos por organizações de pequeno porte que atendam diretamente o público; • Aportar recursos para indivíduos com vistas ao aprimoramento de sua formação como ativistas e especialistas em direitos humanos; • Apoiar intercâmbios envolvendo organizações e indivíduos, inclusive de outros países; • Manter cooperação com Fundos e instituições nacionais e estrangeiras; • Ingressar com ações judiciais relacionadas às finalidades da Fundação; • Organizar, promover e incentivar programas que objetivem o desenvolvimento das finalidades da Fundação; e • Executar outras atividades compatíveis com as finalidades da instituição. No exercício de 2018 e 2017, o Fundo Brasil de Direitos Humanos apoiou projetos de defesa e garantia de direitos voltados prioritariamente ao fortalecimento de movimentos e de organizações sociais, à formação e à capacitação de lideranças. Todas as ações tiveram como foco organizações de direitos humanos e indivíduos de várias regiões do país. Para potencializar a atuação de grupos e de indivíduos, além do edital geral, que apoia pequenos projetos em todo o país, apoiamos também projetos por meio de editais específicos e de linhas específicas. Dessa forma, o Fundo Brasil tem a oportunidade de apoiar projetos por períodos maiores do que um ano e que são de médio e grande portes. Isso sem deixar de lado o tradicional apoio às organizações menores, que têm dificuldade de acessar outras fontes de recursos. Esse trabalho permanece a espinha dorsal de nossa atuação.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis: a) Declaração de Conformidade: as demonstrações financeiras da organização para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro, considerando a Norma Brasileira de Contabilidade Técnica Geral, (NBC TG 1000 - CTG 1000 - adoção plena, suas interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, em especial à ITG-2002 (R1) (Resolução CFC 1409/2012) que estabelece critérios e procedimentos específicos de avaliação, de registro das transações e variações patrimoniais, de estruturação das demonstrações contábeis, e as informações mínimas a serem divulgadas em notas explicativas das entidades sem finalidade de lucro seguindo as práticas contábeis descritas na Nota 2.1. b) **Autorização das demonstrações contábeis:** as demonstrações financeiras inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram autorizadas pela administração no dia 25 de abril de 2019. c) **Formalidade da Escrituração Contábil:** a Resolução CFC nº 1.330/11 (NBC ITG 2000). A entidade mantém um sistema de escrituração uniforme dos seus atos e fatos administrativos, por meio de processo eletrônico. Os registros contábeis contêm o número de identificação dos lançamentos relacionados ao respectivo documento de origem externa ou interna ou, na sua falta, em elementos que comprovem ou evidenciem fatos e a prática de atos administrativos. As demonstrações contábeis, incluindo as notas explicativas, elaboradas por disposições legais e estatutárias, serão transcritas na "Escrituração Contábil Digital - ECD". A documentação contábil

bil da Entidade é composta por todos os documentos, livros, papéis, registros e outras peças, que apoiem ou compõem a escrituração contábil. A documentação contábil é hábil, revestida das características intrínsecas ou extrínsecas essenciais, definidas na legislação, na técnica-contábil ou aceitas pelos "usos e costumes". A entidade manter em boa ordem a documentação contábil. d) **Estimativas Contábeis:** na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis da Fundação incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outros similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. e) **Prazos:** os ativos realizáveis e os passivos exigíveis até o encerramento do exercício seguinte são classificados como circulante. f) Em dezembro de 2011 foi publicada a Portaria 353 do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome que estabelece em seu Artigo 12 que as entidades com atuação preponderante em Assistência Social devem incluir em suas demonstrações a Demonstração das Origens e Aplicações dos Recursos - DOAR. **2.1. Sumário das Principais Práticas:** Em consonância com a NBC ITG 2002 (R1), os registros contábeis das receitas e despesas são reconhecidos mensalmente respeitando o princípio da competência, ou seja, as receitas e despesas são reconhecidas no resultado no período em que elas ocorrem, simultaneamente quando se relacionarem, independentemente do efetivo recebimento ou pagamento. a) **Caixa e equivalentes de caixa:** as aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimento superior a 90 dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo. b) **Contas a receber:** são provenientes de doações diversas, e tem como objetivo principal operacionalizar projetos e atividades pré-determinadas. Periodicamente, a Fundação presta conta de todo o fluxo financeiro e operacional aos doadores, ficando também toda documentação a disposição para qualquer fiscalização. De acordo com a administração o saldo em 31.12.2018 é 100% recebível.

3. Ativo: 3.1. Circulante: 3.1.1. Caixa e Equivalentes de Caixa: O caixa e equivalentes de caixa são compostos pelas disponibilidades e aplicações de liquidez imediata, representadas por depósitos e fundos de investimentos.

Caixa e Equivalente de Caixa

	2018	2017
Caixa / Banco	11.520.255,49	5.016.492,13
Total	11.520.255,49	5.016.492,13

As aplicações em fundos de investimento foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento predeterminado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor das cotas na data do balanço.

3.1.2. Recursos a Receber

	2018	2017
Programa Rio Doce / Doação	3.630.091,56	1.315.606,00
MPP/MPMG - Samarco Mineração S/A	8.515,30	-
Doação via cartão	-	-
Total	3.638.606,86	1.315.606,00

A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos realizou a Prestação de serviços ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar - TAP, firmado no âmbito da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800, a fim de viabilizar a seleção de assessorias técnicas às comunidades atingidas, relativas ao eixo socioeconômico previsto no referido Aditivo ao TAP, que contempla as ações de defesa dos direitos dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, conforme os Contratos nº 4500175624, firmado em 25/06/2018 com a empresa SAMARCO MINERAÇÃO S.A. **3.2. Não Circulante:** As aplicações financeiras não circulantes são representadas por investimentos em títulos da dívida pública que serão mantidos até as suas datas de vencimento. Estão registradas pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. **3.2.1. Aplicações Financeiras de Longo Prazo:** O Fundo Brasil possui hoje seu patrimônio investido em Notas do Tesouro Nacional série B (NTN - B), que são títulos públicos com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros semestrais definidos no momento da compra. Por se tratar de um título pós-fixado, a rentabilidade a ser recebida pelo Fundo Brasil variará até a data de vencimento. O quadro abaixo demonstra a evolução do patrimônio:

Data da Compra	Data da Venda	Título	Vencimento	Título	Operação	Quantidade de Cota	Taxa %	Valor do Custo
25/04/2007		NTN-B	15/05/2015	Compra	3695	6,50	6.047.783,95	
23/11/2007		NTN-B	15/05/2015	Compra	190	7,30	412.853,34	
27/05/2008		NTN-B	15/05/2015	Compra	100	7,30	161.505,98	
	01/12/2011	NTN-B	15/05/2015	Venda	3985		8.307.735,41	
	01/12/2011	NTN-B	15/08/2020	Compra	3744	5,38	8.301.295,50	
	11/12/2013	NTN-B	15/08/2020	Venda	3444		8.863.338,59	
	11/12/2013	NTN-B	15/08/2022	Compra	3756	6,19	8.861.798,86	
	26/11/2014	NTN-B	15/08/2022	Venda	696		1.079.869,73	
31/12/2018		NTN-B	15/08/2022	Saldo	3060	6,19	10.477.980,44	

A aplicação em Notas do Tesouro Nacional com vencimento em 2022 tem como rendimento a variação integral do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acrescido de juros de - 6,19% anuais. **3.2.2. Título de Capitalização:** A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos a título de garantia do contrato de locação firmado em 20 de março de 2018, localizado na Rua Capitão Antônio Rosa, 376, conjuntos 131 e 132, mantendo o título de Capitalização (SULACAP), no valor nominal de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), subscrito junto a SULAAMERICA CAPITALIZAÇÃO S/A, conforme proposta nº 8888.13.408926.80-7, pelo prazo de capitalização de 15 meses. **3.2.3. Contrato de Locação:** A Fundação firmou contrato de locação com Quinta do Outeiro Agro Comercial Ltda, CNPJ nº 28.028.116/0001-58, do imóvel situado na Rua Capitão Antônio Rosa, 376, pelo prazo de 48(quarenta e oito) meses, com início em 20/03/2018 e término em 20/03/2022.

Realizável a Longo Prazo

	2018	2017
Contratos de Locação	504.000,00	-
Saldo	504.000,00	-

3.2.4. Imobilizado: É registrado ao custo de aquisição. A Fundação contabiliza as depreciações do ativo imobilizado calculando-as pelo método linear mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica do bem. Os ativos são revisados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis (impairment). Nos exercícios de 2018 e 2017 não foram apuradas perdas dessa natureza.

Demonsrativo Imobilizado	2018	Adições	Exclusões	2017
Equip. de Processamento de Dados Móveis e Utensílios/Equip.	293.937,39	237.517,80	25.117,10	81.596,69
	101.289,36	72.031,56	8.609,21	37.867,01
395.226,75	309.549,36	33.786,31	119.463,70	
(-) Deprec. Equip. Proc. de Dados	(66.804,81)	23.105,45	39.020,81	(50.889,45)
(-) Deprec. Móveis e Utensílios/Equip.	(20.133,30)	7.913,69	6.656,24	(21.390,75)
(86.938,12)	31.019,14	45.677,05	(72.280,20)	
308.288,63	340.568,50	79.463,36	47.183,50	

4. Passivo: 4.1. Circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos incorridos até a data do balanço. As provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

	2018	2017
Salários e Encargos sociais	422.845,42	210.635,11
Obrigações Tributárias/Contribuições	25.419,88	1.822,32
Fornecedores de bens e serviços	87.107,19	71.087,64
Total	535.372,49	283.545,07

4.1.1. Recursos de Projetos em Execução

	2018	2017
Projetos em Execução	-	-
Porticus Latin America	-	108.382,13
Fundação Ford	3.756.411,91	1.237.862,19
Open Society Institute	231.290,45	202.677,61
Fundação OAK	1.468.100,27	1.783.527,71
Climate and Land Use Alliance	-	119.948,85
Instituto Betty E. A. Jacob Lafer	72.000,00	80.000,00
Instituto C&A	152.701,85	-
Saldo a realizar no fim do período	5.680.504,48	3.532.398,49

Os saldos registrados estão vinculados aos recursos recebidos que serão utilizados em projetos no exercício de 2019. **4.1.2. Recursos de Programa em Execução:** A Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos realizou a Prestação de serviços ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Estado de Minas Gerais, conforme previsto no Termo Aditivo ao Termo de Ajustamento Preliminar - TAP, firmado no âmbito da Ação Civil Pública nº 0023863-07.2016.4.01.3800, a fim de viabilizar a seleção de assessorias técnicas às comunidades atingidas, relativas ao eixo socioeconômico previsto no referido Aditivo ao TAP, que contempla as ações de defesa dos direitos dos atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão, conforme os Contratos nº 4500175624, firmado em 19/12/2017 e nº 4500176574, firmado em 25/06/2018 com a empresa SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

	2018	2017
Programa Rio Doce	3.630.091,56	1.315.606,00
Contrato - Programa a realizar	657.467,88	1.285.465,47
Saldo a realizar no fim do período	6.574.667,88	1.285.465,47

O Fundo Brasil de Direitos Humanos, após a assinatura do Contrato com a SAMARCO MINERAÇÃO S/A, recebeu em 09/07/2018, o valor de R\$ 4.421.126,48 (quatro milhões, quatrocentos e vinte e um mil, cento e vinte e seis reais e quarenta e oito centavos), a título de adiantamento ("Adiantamento"), o qual foi destinado exclusivamente para a cobertura dos custos e pagamento da remuneração e despesas necessárias para o desenvolvimento das atividades objeto do contrato. No término do contrato, havendo o saldo de recursos, o valor deverá ser devolvido integralmente, por meio de transferência bancária, para a conta corrente de titularidade da SAMARCO MINERAÇÃO S.A.

4.2. Não Circulante

4.2.1. Obrigações de Longo Prazo

	2018	2017
Obrigações de Longo Prazo	-	-
Contrato de Locação a pagar	504.000,00	-
Saldo	504.000,00	-

Contrato de Locação: Quinta do Outeiro Agro Comercial Ltda. - imóvel Rua Capitão Antônio Rosa 376, Cl 131 e 132 - Prazo de 48 meses - 03/2018 a 03/2022.

5. Patrimônio Líquido: O Patrimônio Líquido é formado pelo supervant/déficit acumulado da Entidade desde sua fundação, conforme expresso no Estatuto Social da Entidade. O patrimônio social, receitas, recursos e eventual supervant/déficit operacional serão aplicados integralmente no país, na manutenção e desenvolvimento dos objetivos institucionais; sendo vedada qualquer forma de distribuição de resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcela de seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto. **5.1. Patrimônio Social:** O Patrimônio Social está devidamente registrado na escritura da instituição sob nº 2.954, nos itens 215/220, lavrada aos 23/12/2006, do 16º Tabelião de Notas de São Paulo, por meio de termo: "Nos termos do artigo 62 do Código Civil Brasileiro, a título de dotação especial de bens, necessária à instituição da Fundação, concorrem os instituidores, em partes iguais

Ana Valéria Nascimento A. Leitão - Superintendente

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO EM 31 DE DEZEMBRO 2018 E 31 DE DEZEMBRO DE 2017 - EM REAIS			
	Nota	2018	2017
Recursos Operacionais		15.532.085,26	5.357.283,52
Com Restrições			
Receitas Internacionais:			
Agências de Cooperação	6.1	6.813.185,18	5.124.743,74
Receitas Nacionais:			
Doações Pessoas Jurídica	6.1	282.298,15	-
Serviços Prestados - Programa Rio Doce			
Assessoramento, Defesa e Garantia dos DH	6.1	8.129.501,47	-
Sem Restrições			
Créditos Nota Fiscal Paulista	6.1	197.851,49	175.944,54
Doadores Individuais	6.1	105.795,75	49.132,42
Outras Receitas	6.1	3.453,22	7.462,82
Voluntários			75.800,00
Serviços Prestados	-	-	(75.800,00)
Despesas Operacionais	6.2	(14.809.895,71)	(6.906.094,43)
Gestão e Desenvolvimento Institucional	(621.008,37)	(651.556,85)	
Mobilização Social para a promoção da causa dos direitos humanos	(1.301.582,01)	(1.675.292,50)	
Apoio às Organizações	(5.935.669,76)	(3.709.612,51)	
Fiscal Sponsor	(115.792,19)	(572.631,81)	
Custos Operacionais	(577.114,36)	(279.627,68)	
Programa Rio Doce	(6.210.284,79)	-	
Depreciações	(45.735,08)	(16.432,54)	
Sinistro Imobilizado	(2.709,15)	(940,54)	
Superavit (Déficit)			